

HABEAS CORPUS Nº 481.930 - SP (2018/0321446-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FERNANDO ELIAS ASSUNCAO DE CARVALHO
ADVOGADO : FERNANDO ELIAS ASSUNÇÃO DE CARVALHO - SP102578
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO CARLOS NOGUEIRA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NA CORTE DE ORIGEM. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* JULGADO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOÃO CARLOS NOGUEIRA contra decisão indeferitória de pedido de urgência proferida por Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n.º 2243485-08.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 21/06/2018, com posterior conversão em preventiva, pela prática, em tese, junto com outra corré, do crime previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, c.c. o art. 61, inciso II, alínea h, ambos do Código Penal (fls. 39-40).

Inconformada, Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, cujo pleito liminar foi indeferido pelo *decisum* ora impugnado (fls. 73-74).

No presente *writ*, alega o Impetrante, inicialmente, excesso de prazo para a formação da culpa.

Sustenta, ainda, a falta de fundamentação do decreto prisional, pois baseado na gravidade genérica do crime, além da ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal para a decretação da custódia preventiva, destacando ser o Paciente primário, com bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

As informações foram prestadas às fls. 37-85 e fls. 88-93.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do

habeas corpus (fls. 95-99).

É o relatório.

Decido.

Consoante salientado pelo Ministério Público Federal, e conforme informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a decisão do Desembargador Relator, ora impugnada, foi substituída pelo acórdão proferido pelo Colegiado no dia 11/1/2019, nos autos do *Habeas Corpus* n.º 2243485-08.2018.8.26.0000.

Assim sendo, fica superada a análise das teses constantes da presente impetração, que se insurgia contra o indeferimento do pedido liminar na origem, conforme jurisprudência desta Corte:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECUSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ÓBICE IMPOSTO PELO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO JULGADO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE. PERDA DE OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

[...]

IV - Segundo informações obtidas no sítio eletrônico do eg. do Tribunal de origem, verifica-se que sobreveio julgamento definitivo do habeas corpus originário em 08/03/2018. Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente mandamus, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto, uma vez que os seus argumentos, expostos contra a decisão monocrática que indeferiu a medida liminar, restaram superados com o julgamento definitivo do writ na origem.

Habeas Corpus prejudicado." (HC 433.833/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJE 30/04/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR POR DESEMBARGADOR. EXTINÇÃO SUPERVENIENTE DO HABEAS CORPUS SEM EXAME DE MÉRITO. DECISÃO TERMINATIVA QUE DESAFIA INSTRUMENTO PRÓPRIO. AGRAVO REGIMENTAL E HABEAS CORPUS PREJUDICADOS.

1. Se a decisão liminar de Desembargador, originariamente impugnada nestes autos, já foi substituída por decisão terminativa de segundo grau, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do habeas corpus e do agravo regimental que buscavam a superação da Súmula n.691 do STF. O novo ato coator desafia impugnação própria.

2. Além de não subsistir a decisão de indeferimento da liminar, atualmente não persiste a prisão preventiva do paciente por força de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

direito de extensão reconhecido por Ministro do Supremo Tribunal Federal. Assim, não há falar em periculum in mora apto a autorizar a intervenção de urgência deste Superior Tribunal, fora de sua competência constitucional, para análise per saltum de legalidade de ato de Juiz de primeiro grau.

3. *Agravo regimental e habeas corpus prejudicados.*" (AgRg no HC 447.377/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

